



**INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
CONCORRÊNCIA Nº 2018.04.03.001**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Redenção, com sede na Rua capitão Felix Nogueira, nº 137, Centro, Redenção/CE, nomeada através da Portaria nº. 550 de 25 de setembro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados que até às **10h** do dia **18 de maio de 2018**, na sala de licitações, em sessão pública, dará início aos procedimentos de recebimento e abertura de documentos de habilitação e de propostas de preços da licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, julgamento do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, e **CONTRATAÇÃO MEDIANTE EXECUÇÃO INDIRETA, NO REGIME EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, mediante as condições estabelecidas no presente Edital, tudo de acordo com a Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada, e legislação complementar em vigor.

Este edital se compõe das partes A e B, como a seguir apresentadas:

PARTE A – Condições para competição, julgamento e adjudicação

Onde estão estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato.

PARTE B – ANEXOS

ANEXO I	-	Projeto Básico
ANEXO II	-	Minuta do Contrato
ANEXO III	-	Proposta Padronizada
ANEXO IV	-	Modelo de Declarações
ANEXO V	-	Modelo de Procuração
ANEXO VI	-	Modelo de Recibo de Garantia de Proposta

DEFINIÇÕES:

Sempre que as palavras indicadas abaixo ou os pronomes usados em seu lugar aparecerem neste documento de licitação, ou em quaisquer de seus anexos, eles terão o significado determinado a seguir:

- A) CONTRATANTE** – Prefeitura Municipal de Redenção, através das Secretarias de Finanças, Educação, Trabalho e Assistência Social, Saúde e Instituto de Previdência dos Servidores (Redenção-Prev).
- B) PROPONENTE/CONCORRENTE/LICITANTE** - Empresa que apresenta proposta para o objetivo desta licitação;
- C) CONTRATADA** – Empresa vencedora desta licitação em favor da qual for adjudicado o Contrato.
- D) CPL** – Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Redenção.

Cópia do Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço supramencionado, sempre de segunda às sextas-feiras, das 08h00min às 12h00min, bem como no endereço eletrônico, <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/>.

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ACESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, JUNTO A DIVERSAS SECRETARIAS E AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (REDENÇÃO-PREV) DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO**, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico e demais exigências do edital.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO CREDENCIAMENTO

2.1 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1.1 - Poderão participar desta licitação empresas que atuem no ramo, localizada em qualquer Unidade da Federação, sob a denominação de sociedades (sociedades em nome coletivo, em comandita simples, em

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



comandita por ações, anônima e limitada) e de sociedades simples (associações e fundações) - exceto sociedade cooperativa - devidamente cadastradas ou não, que atendam a todas as condições exigidas neste edital, inclusive tendo seus objetivos sociais ou cadastramento compatíveis com o objeto da licitação.

2.1.2 - Não poderão participar licitantes com sócios, cooperados, diretores ou representantes comuns.

2.1.3 - Se antes do início da abertura dos envelopes de preço for constatada a comunhão de sócios, diretores ou representantes entre licitantes participantes, somente uma delas poderá participar do certame.

2.1.4 - Se constatada a comunhão de sócios, diretores ou representantes entre licitantes participantes após a abertura dos envelopes de preço, os respectivos participantes serão automaticamente desclassificados do certame, independentemente do preço proposto.

2.1.5 - Não poderão participar desta licitação os interessados que se encontrem em processo de falência ou de recuperação judicial; de dissolução; de fusão, cisão ou incorporação; ou ainda, que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Prefeitura de Redenção/CE; ou que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídos na forma de consórcio.

2.1.6 - O interessado em participar deverá conhecer todas as condições estipuladas no presente Edital para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação e apresentação dos documentos exigidos. A participação na presente licitação implicará na total aceitação a todos os termos da CONCORRÊNCIA e integral sujeição à legislação aplicável, notadamente à Lei 8.666/93, alterada e consolidada.

2.2 - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

2.2.1 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/93.

2.2.3 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

2.2.4 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

2.2.5 - Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:

2.2.6 - O endereçamento ao(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Redenção;

2.2.7 - A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada e protocolada na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Redenção, dentro do prazo editalício;

2.2.8 - O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

2.2.9 - O pedido, com suas especificações;

2.2.10 - Caberá ao(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

2.2.11 - A resposta do Município de Redenção, será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela administração no flanelógrafo do Setor de Licitações do Município de Redenção, constituirá aditamento a estas Instruções.

2.2.12 - O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

2.2.13 - Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.2.14 - Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



2.3 - DO CREDENCIAMENTO

2.3.1 - Cada licitante deverá apresentar-se com apenas um representante que, devidamente munido de documentação hábil de credenciamento, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo ainda, no ato da entrega dos envelopes apresentar os seguintes documentos:

- Documento de **identificação** de fé pública com fotografia, expedido por órgão oficial;
- Ato Constitutivo da Empresa (**Contrato Social/Estatuto Social/Registro de Firma Individual**) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Comercial; e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado dos documentos referentes às eleições de seus administradores;
- Instrumento particular de **procuração**, com firma reconhecida em cartório, ou instrumento público de procuração, com poderes para representar a empresa em licitações ou especificamente nesta licitação, no caso de representante legal;
- Quando o representante for titular da Proponente deverá entregar cópia autenticada do documento exigido na letra "b" para comprovar tal condição.

2.3.2 - A não-apresentação ou incorreção dos documentos de que trata o subitem anterior não implicará na impossibilidade de participação da licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma.

2.4 - Todos os documentos necessários à participação na presente fase deverão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório competente, publicação em Órgão Oficial ou autenticada pela Comissão Permanente de Licitação.

2.5 - Os interessados em participar do presente processo que desejarem realizar apenas o protocolo dos envelopes, poderão protocolar os envelopes junto à Comissão Permanente de Licitação, devendo o responsável no ato da entrega apresentar Documento oficial de identificação com foto.

2.6 - Os proponentes interessados na participação do presente processo deverão levar em conta os preços estimados para a contratação.

3 - DA HABILITAÇÃO

3.1 - A fase de habilitação consiste na apresentação de documentos de forma a comprovar a regularidade da proponente, conforme regulamenta o Art. 27 da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

3.2 - Para se habilitarem nesta licitação as licitantes deverão apresentar envelope fechado, tendo no frontispício os seguintes dizeres:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 2018.04.03.001
ENVELOPE "A" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL:

3.3 - O envelope "A" deverá conter os documentos a seguir relacionados, todos perfeitamente legíveis, dentro de seus prazos e validade para o dia e horário indicados no Preâmbulo do edital.

3.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

3.4.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;

3.4.2 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

3.4.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

3.4.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



3.4.5 - Cópia autenticada dos documentos de identidade e CPF do(s) sócio(s) administrador(es).

3.5. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

3.5.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

3.5.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.5.3 - Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, inclusive contribuições sociais, com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

3.5.4 - Prova de Regularidade relativa à Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

3.5.5 - Prova de Regularidade relativa à Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante (Geral ou ISS);

3.5.6 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

3.5.7 - Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.5.8 - As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei 147/2014 e suas alterações posteriores, que pretendam gozar dos benefícios previstos na referida Lei, deverão apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal, ressaltando, ainda, que não se enquadram nas disposições constantes do § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

3.5.9 - As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, mesmo que esta apresente alguma restrição.

3.5.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.5.11 - A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei no 8.666/93, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou a revogação da licitação, conforme o caso.

3.6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.6.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa - vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios - podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor, registrado no órgão competente, acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento do livro Diário, devidamente averbados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente.

3.6.2 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

3.6.3 - Garantia nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º do Art. 56 da Lei nº 8.666/93, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação, correspondente a **R\$ 6.356,17 (seis mil, trezentos e cinquenta e seis reais e dezessete centavos)**. A garantia deverá ser protocolada na Secretaria de Finanças do Município de Redenção, nos termos do artigo 31, inciso III, da Lei nº 8.666/93, para a qual será emitido recibo de garantia que será o documento exigido para atendimento das exigências editalícias. Todos os tipos de garantia deverão ser entregues e protocolados na Secretaria de Finanças do Município de Redenção.

3.6.3.1 - A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro garantia, ou por fiança bancária;

3.6.3.1.1 - As informações sobre número da conta corrente e agência bancária, será concedida pela Unidade Arrecadadora/Tesouraria-Secretaria Municipal de Finanças do Município de Redenção, sito à Rua capitão Felix Nogueira, nº 137, Centro, Redenção/CE.


Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



3.6.3.2 - Caso a modalidade de garantia recair em títulos da dívida pública, estes deverão vir acompanhados de laudo de autenticidade e de laudo de valor atribuído aos títulos, com valores atualizados expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários do Banco Central do Brasil, há no máximo um ano, a ser contado do dia da abertura do certame;

3.6.3.3 - Caso a modalidade de garantia escolhida seja a fiança bancária, o licitante entregará o documento no original fornecido pela instituição que a concede, do qual deverá obrigatoriamente constar:

3.6.3.3.1 - Beneficiário: PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO;

3.6.3.3.2 - Objeto: Garantia da participação na CONCORRÊNCIA Nº 2018.04.03.001;

3.6.3.3.3 - Valor: 1% (um por cento) do valor estimado;

3.6.3.3.4 - Prazo de validade: 120 (cento e vinte) dias.

3.6.3.4 - Caso a modalidade de garantia seja seguro-garantia, o licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou de documento hábil expedido pela seguradora, cuja vigência será de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data do recebimento dos envelopes;

3.6.3.5 - A liberação de qualquer das garantias somente será feita, para o(s) licitante(s) inabilitado(s), após concluída a fase de habilitação, e, para os demais, somente após o encerramento de todo o processo licitatório;

3.6.3.6 - A garantia da proposta poderá ser executada;

a) se o licitante retirar sua proposta comercial durante o prazo de validade da mesma;

b) se o licitante não firmar o contrato;

c) se o licitante não fornecer a Garantia Contratual.

3.7 - RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.7.1 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL: Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante esteja executando ou tenha executado serviços compatíveis ou similares com o objeto desta licitação, devidamente averbado junto ao Conselho Regional de Contabilidade - CRC.

3.7.2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL: A licitante deverá apresentar declaração com indicação explícita da equipe técnica, pertencente ao seu quadro permanente, adequada e disponível para a realização do objeto da licitação, composta de no mínimo 03 (três) profissionais, sendo:

a) 01 (um) profissional de nível superior, na área de contabilidade, devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, com experiência comprovada na área de contabilidade; e

b) 02 (dois) profissionais, na área contábil, com experiência comprovada na área de contabilidade, para atendimento presencial.

3.7.2.1 - Entende-se, para fins deste edital, como pertencente ao quadro permanente: sócio, diretor, empregado ou contratado. A comprovação de vinculação ao quadro permanente da licitante será feita:

a) Para sócio, mediante a apresentação do estatuto social/contrato social e seus aditivos;

b) Para diretor, mediante a apresentação da ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada junto ao órgão competente.

c) Se o profissional integrante da equipe técnica não for sócio e/ou diretor da empresa, a comprovação se dará mediante a apresentação da cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou contrato de prestação de serviços devidamente assinado e celebrado na forma da lei.

3.7.2.2 - A experiência do profissional na área deverá ser demonstrada através de atestados, certidões, carteiras de trabalho, documentos públicos oficiais ou outro equivalente, comprobatórios da atuação direta do profissional na área de contabilidade.

3.7.2.3 - Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o subitem 3.8.2 deste edital deverão participar permanentemente do serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

3.7.3 - Certidão de Registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade - CRC, que conste responsável técnico com aptidão para desempenho de atividade pertinente ao objeto da licitação.

3.8 - OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:


Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



3.8.1 - Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo (ANEXO IV) constante dos Anexos deste edital;

3.8.2 - Declaração expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos, conforme modelo (ANEXO IV) constante dos Anexos deste edital;

3.8.3 - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, (art.32, §2º, da Lei nº 8.666/93), conforme modelo (ANEXO IV) constante dos Anexos deste edital;

3.9 - Os licitantes que apresentarem documentos de habilitação em desacordo com as descrições anteriores serão eliminados e não participarão da fase subsequente do processo licitatório.

3.10 - Todos os documentos necessários à participação na presente fase deverão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório competente, publicação em Órgão Oficial ou autenticada pela Comissão Permanente de Licitação mediante apresentação dos originais.

3.10.1 - A documentação apresentada integrará os autos do processo e não será devolvida.

3.10.2 - Cada face de documento reproduzida deverá corresponder a uma autenticação, ainda que diversas reproduções sejam feitas na mesma folha, todos perfeitamente legíveis.

3.10.3 - Caso na autenticação conste expressamente que a mesma se refere ao verso e ao anverso do documento, a exigência referente à autenticação de todas as faces do documento fica sem validade.

3.11 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

3.12 - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação, à proposta de preço e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

3.13 - Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.

3.14 - Caso o documento apresentado seja expedido por instituição que regulamente a disponibilização do documento pela Internet, a CPL poderá verificar a autenticidade do mesmo através de consulta eletrônica.

3.14.1 - Caso o documento apresentado seja expedido por instituição pública que esteja com seu funcionamento paralisado no dia de recebimento dos envelopes, a licitante deverá, sob pena de ser inabilitada, apresentar o referido documento constando o termo final de seu período de validade coincidindo com o período da paralisação e deverá, quando do término da paralisação, sob pena de ser inabilitada supervenientemente, levar o documento à CPL nas condições de autenticação exigidas por este edital, para que seja apensado ao processo de licitação. Caso o processo já tenha sido enviado ao órgão de origem da licitação, deverá a licitante levá-lo a esta instituição para que o mesmo se proceda.

3.15 - As Certidões exigidas para habilitação, quando não contiverem prazo de validade expressamente determinado, não poderão ter suas datas de expedição superiores a 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da presente licitação.

3.16 - Os documentos apresentados, cópias ou originais, deverão conter todas as informações de seu bojo legíveis e inteligíveis, sob pena de serem desconsiderados pela Comissão Permanente de Licitação.

3.17 - Os licitantes que apresentarem documentos de habilitação em desacordo com as descrições anteriores serão eliminados e não participarão da fase subsequente do processo licitatório.

3.18 - Somente será aceito o documento acondicionado no envelope "A", não sendo admitido posteriormente o recebimento de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo em documento entregue à CPL.

3.19 - A CPL poderá, também, solicitar original de documento já autenticado, para fim de verificação, sendo a empresa obrigada a apresentá-lo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da solicitação, sob pena de, não o fazendo, ser inabilitada.

3.20 - A solicitação feita durante a sessão de habilitação deverá ser registrada em Ata.


Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



4 - DA PROPOSTA DE PREÇO

4.1- A licitante deverá entregar à Comissão, juntamente com os envelopes contendo os Documentos de Habilitação, até a hora e dia previstos neste Edital, as **PROPOSTAS DE PREÇOS** devendo ser confeccionada no mínimo em **01 (uma) via**, em envelope fechado e opaco, rubricado no fecho, contendo na parte externa os seguintes dizeres:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 2018.04.03.001
ENVELOPE "B" - PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL:

4.2 – Na proposta de preços deverá constar os seguintes dados:

- Os serviços a serem prestados, conforme projeto básico;
- Os preços unitários e totais em algarismos de cada item cotado, e o valor global da proposta em algarismos e por extenso.
- Prazo de validade da Proposta, que será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;
- Prazo de execução dos serviços em conformidade com o que estabelece este edital.

4.3 - Os valores contidos no projeto básico serão considerados em moeda corrente nacional (REAL) mesmo que não contenham o símbolo da moeda (R\$);

4.4 - Os preços constantes das Propostas de Preços da licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos.

4.5 - Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, devendo a Comissão Permanente de Licitação proceder às correções necessárias.

4.6 - Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

5 - DOS PROCEDIMENTOS

5.1 - Os Documentos de Credenciamento e os envelopes "A" – Documentos de Habilitação e "B" – Proposta de Preços serão recebidos pela Comissão no dia, hora e local definidos no preâmbulo deste Edital.

5.2 - Após o(a) Presidente da Comissão receber os Documentos de Credenciamento e Envelopes "A" e "B" e declarar encerrado o prazo de recebimento dos Documentos de Credenciamento e Envelopes, nenhum outro será recebido e nem serão aceitos outros documentos que não os existentes nos referidos envelopes.

5.3 – O(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação realizará o credenciamento e informará aos presentes a relação das empresas que atenderam aos ditames do presente Edital, e, por conseguinte, estão aptas a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços;

5.4 - Em seguida, os licitantes rubricarão os envelopes contendo as Propostas de Preços – "B", ficando a comissão em posse dos mesmos até a abertura e julgamento respectivo.

5.5 - Posteriormente, serão abertos os envelopes contendo os documentos exigidos para fins de habilitação. A Comissão examinará os aspectos relacionados com a suficiência, a formalidade, a idoneidade e a validade dos documentos, além de conferir se as cópias porventura apresentadas estão devidamente autenticadas pelo Cartório competente ou se são idênticas aos documentos originais, nas quais deverão ser apresentados.

5.5.1 - Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos no envelope "A", ou apresentá-los em desacordo com as exigências do presente Edital.

5.6 - Os documentos de habilitação serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão e, em seguida, postos à disposição dos prepostos das licitantes para que os examinem e os rubriquem.

5.7 - A Comissão examinará possíveis apontamentos feitos por prepostos das licitantes, manifestando-se sobre o seu acatamento ou não.

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



5.8 - Se presentes os prepostos das licitantes à sessão, o(a) Presidente da Comissão fará diretamente a intimação dos atos relacionados com a habilitação e inabilitação das licitantes, fundamentando a sua decisão e registrando os fatos em ata. Caberá aos prepostos das licitantes declararem intenção de interpor recurso, a fim de que conste em ata e seja aberto o prazo recursal. Os autos do processo estarão com vista franqueada ao interessado na presença da Comissão.

5.9 - Caso não estejam presentes à sessão os prepostos das licitantes, a intimação dos atos referidos no item anterior será feita através do meio de publicação Oficial do Município, iniciando-se, no dia útil seguinte à publicação, o prazo de 05 (cinco) dias úteis previstos em lei para a entrega à Comissão das razões de recursos a serem interpostos pelos recorrentes. A sessão será suspensa.

5.10 - Decorridos os prazos para apresentação das razões e contrarrazões recursais e proferida a decisão sobre os recursos interpostos, a Comissão marcará a data e horário em que dará prosseguimento ao procedimento licitatório, cuja comunicação às licitantes será feita com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data marcada, através do meio de publicação Oficial do Município.

5.11 - Inexistindo recurso, ou após proferida a decisão sobre o recurso interposto, a Comissão dará prosseguimento ao procedimento licitatório. Inicialmente, será devolvido ao preposto da licitante inabilitada, mediante recibo, o envelope fechado que diz conter a Proposta de Preços.

5.12 - Na ausência de qualquer preposto de licitante, a Comissão manterá em seu poder o referido envelope, que deverá ser retirado pela licitante no prazo de 30 (trinta) dias contados da data referida no aviso que marca a data da sessão de prosseguimento do procedimento licitatório.

5.13 - Será feita, em seguida, a abertura do Envelope "B". A Comissão conferirá se foram entregues no referido envelope a Proposta e demais documentos solicitados no item 4 deste edital.

5.14 - Em seguida, a Comissão iniciará o JULGAMENTO das propostas de preços. A Comissão examinará os aspectos formais das propostas. O não atendimento às exigências fixadas neste Edital será motivo de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta.

5.15 - A Comissão fará, então, o ordenamento das propostas das licitantes classificadas pela ordem crescente dos preços nelas apresentados;

5.16 - Caso duas ou mais licitantes classificadas apresentem suas propostas com preços iguais, a Comissão fará sorteio para classificá-las, e adotará os procedimentos previstos neste capítulo.

5.17 - Caso a proponente com proposta de preços classificada em 1º (primeiro) lugar, não seja Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), a Comissão procederá de acordo com os subitens a seguir:

5.17.1 - Fica assegurado, como critério de desempate o exercício do direito de preferência para a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), devendo a licitante estar presente à sessão pública de divulgação do julgamento da análise das propostas de preços para poder exercer mencionado direito.

5.17.1.1 - Caso haja suspensão da sessão na data inicialmente estabelecida, a Comissão marcará previamente nova data de prosseguimento, ficando a cargo da licitante a obrigatoriedade de comparecimento para o uso deste benefício.

5.17.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.17.3 - Para efeito do disposto no subitem 5.17.2, ocorrendo empate, a Comissão procederá da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será classificada em primeiro lugar e consequentemente declarada vencedora do certame.

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 5.17.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.17.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 5.17.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar nova de preços, que deverá ser registrada em ata.

5.17.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no subitem acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.


Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



5.17.6 - Ocorrendo a situação prevista no subitem 5.17.3, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preços após solicitação da Comissão. Todos os atos deverão constar da ata dos trabalhos.

5.17.7 - A Comissão, após os procedimentos previstos nos itens anteriores deste capítulo, suspenderá a sessão a fim de que seja lavrada Ata a ser assinada pelos membros da Comissão e pelos prepostos dos licitantes que participam da licitação.

5.17.8 - Se presentes os prepostos das licitantes à sessão, o(a) Presidente da Comissão fará diretamente a intimação dos atos relacionados com o julgamento das propostas, fundamentando a sua decisão e registrando os atos em ata. Caberá aos prepostos das licitantes se manifestarem sobre a intenção de interpor ou não recurso, a fim de que conste em ata e seja aberto o prazo recursal. Os autos do processo estarão com vista franqueada ao interessado ou interessados na presença da Comissão.

5.17.9 - Caso os prepostos das licitantes não estejam presentes à sessão, a intimação dos atos referidos no item anterior será feita através de meio de publicação Oficial do Município, iniciando-se, no dia útil seguinte à publicação, o prazo de 05 (cinco) dias úteis previsto em lei para a entrega à Comissão das razões de recursos a serem interpostos pelos recorrentes. A sessão será suspensa.

5.17.10 - As dúvidas que surgirem durante as reuniões serão esclarecidas pelo(a) Presidente da Comissão, na presença dos prepostos das licitantes.

5.17.11 - À Comissão é assegurado o direito de suspender qualquer sessão e marcar seu reinício para outra ocasião, fazendo constar esta decisão da Ata dos trabalhos. No caso, os envelopes ainda não abertos deverão ser rubricados pelos membros e pelos licitantes interessados.

5.17.12 - A Comissão poderá, para analisar os Documentos de Habilitação e as Propostas, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligências a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

5.17.13 - Todos os documentos ficam sob a guarda da Comissão Permanente de Licitação, até a conclusão do procedimento.

5.17.14 - No caso de decretação de feriado que coincida com a data designada para entrega dos envelopes "A" e "B" e suas aberturas, esta licitação se realizará no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e mesmo local, podendo, no entanto, a Comissão definir outra data, horário e até local, fazendo a publicação e divulgação na mesma forma do início.

5.17.15 - A Comissão não considerará qualquer oferta de vantagens não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas propostas das demais licitantes.

5.17.16 - Ocorrendo discrepância entre qualquer preço numérico ou por extenso, prevalecerá este último.

5.17.17 - Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, em não havendo intenção de interposição de recurso por parte de licitante, a Comissão poderá fixar às licitantes prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas.

5.17.18 - Após concluída a fase de habilitação e abertos os envelopes contendo as Propostas, não cabe desclassificar a proposta por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fato superveniente ou só conhecido após o julgamento.

6 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

6.1 - A Comissão emitirá relatório contendo o resultado do JULGAMENTO deste Edital, com classificação das licitantes, que estará assinado pelos membros que dela participaram.

6.2 - A Homologação desta licitação e a adjudicação do seu objeto em favor da licitante cuja proposta de preços seja classificada em primeiro lugar são da competência da(s) Secretaria(s) Gestora(s).

6.3 - A autoridade competente se reserva o direito de não homologar e revogar a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, mediante parecer escrito e fundamentado sem que caiba às licitantes direito à indenização.

7 - DO CONTRATO E DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1 - O Município de Redenção, através das SECRETARIAS GESTORAS, e a licitante vencedora desta licitação assinarão contrato, no prazo de 05 (CINCO) DIAS úteis, contados da data da convocação para este fim expedida pela Prefeitura Municipal sob pena de decair do direito à contratação.

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL

7.2 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pelo órgão contratante caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço constante de sua proposta de preços.

7.3 - A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Prefeitura Municipal de Redenção especialmente designado.

7.3.1 - O representante da Prefeitura Municipal de Redenção anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3.2 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

7.4 - A Contratada deverá indicar preposto(s), aceito pela Prefeitura Municipal, para representá-lo na execução do contrato.

7.4.1 - Fica a contratada na obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.5 - A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.6 - O contrato terá vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.7 - A prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela SECRETARIA GESTORA.

7.9 - Constituem motivo para a rescisão do contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem que caiba à Contratada direito à indenização, de qualquer natureza, ocorrendo quaisquer das seguintes situações:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais ou da legislação vigente;
- b) lentidão na execução dos serviços, levando a Prefeitura Municipal a presumir pela não conclusão dos mesmos nos prazos estipulados;
- c) cometimento reiterado de erros na execução dos serviços;
- d) falência, recuperação judicial ou dissolução da licitante ou insolvência de seus sócios, gerentes ou diretores;
- e) alteração social ou a modificação da finalidade ou de estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- f) razões de interesse público, de alta relevância de amplo conhecimento, justificados e determinados pela Prefeitura Municipal;
- g) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Prefeitura, decorrentes da execução do serviço, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

7.10 - A rescisão amigável do contrato, por acordo entre as partes, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Ordenador de Despesas.

7.11 - É facultada à Prefeitura Municipal de Redenção, quando o convocado não assinar termo do contrato no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com este Edital, ou revogar esta licitação.

7.12 - A Prefeitura Municipal de Redenção poderá, a seu critério, determinar a execução antecipada de serviços, obrigando-se a Contratada a realizá-los;

7.13 - O licitante vencedor da presente licitação, a critério da Contratante, se obriga a prestar garantia numa das modalidades abaixo, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária;
- d) Títulos da Dívida Pública, atendidos os requisitos anteriormente fixados.

7.14 - A garantia será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato.


Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



7.15 - A liberação ou a restituição da garantia será realizada após a execução da prestação a que se refere o instrumento contratual, nos termos do parágrafo 4º do artigo 56 do citado diploma legal;

7.16 - Em se tratando de garantia prestada através de caução em dinheiro, em conta específica, a mesma será devolvida monetariamente, nos termos do parágrafo 4º do artigo 56 da Lei n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores;

7.17 - A garantia prestada pelo licitante vencedor somente será liberada depois de certificado, pela Prefeitura Municipal de Redenção, que o objeto contratado foi totalmente realizado a contento;

7.18 - A liberação da garantia será procedida no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pelo contratado.

8 – DA FONTE DE RECURSOS

8.1 - A despesa decorrente desta licitação correrá à conta dos recursos oriundos do **MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE – RECURSOS ORDINÁRIOS, NAS SEGUINTE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

ÓRGÃO: 06 SECRETARIA DE SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0601 SECRETARIA DE SAÚDE

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.122.0005.2.045 GESTÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DA SECRETARIA DE SAÚDE.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00

FONTE DE RECURSOS: 001

VALOR R\$ 130.599,96 (CENTO E TRINTA MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)

ÓRGÃO: 05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0501 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12.122.0006.2.018 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00

FONTE DE RECURSOS: 002

VALOR R\$ 126.999,96 (CENTO E VINTE E SEIS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)

ÓRGÃO: 05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - FUNDEB

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0501 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12.122.0009.2.012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00

FONTE DE RECURSOS: 002

VALOR R\$ 101.400,00 (CENTO E UM MIL E QUATROCENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 07 SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0701 SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.122.0005.2.046 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00

FONTE DE RECURSOS: 001

VALOR R\$ 76.400,04 (SETENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS REAIS E QUATRO CENTAVOS)

ÓRGÃO: 13 INST. DE PREV. SERVIDORES (REDENÇÃO-PREV)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1301 INST. DE PREV. SERVIDORES (REDENÇÃO-PREV)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.122.0007.2.086 GESTÃO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00

FONTE DE RECURSOS: 001

VALOR R\$ 77.600,04 (SETENTA E SETE MIL, SEISCENTOS REAIS E QUATRO CENTAVOS)


Sara Wania de M. Pedrosa
Presidente da CPL



ÓRGÃO: 04 SECRETARIA DE FINANÇAS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0401 SECRETARIA DE FINANÇAS
DOTA O ORÇAMENTÁRIA: 04.123.0005.2.012 MANUTEN O DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DA SEC.
DE FINANÇAS.
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00
FONTE DE RECURSOS: 001
VALOR R\$ 101.000,00 (CENTO E UM MIL REAIS)

ÓRGÃO: 04 SECRETARIA DE FINANÇAS - LOA
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0401 SECRETARIA DE FINANÇAS
DOTA O ORÇAMENTÁRIA: 04.123.0005.2.012 MANUTEN O DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DA SEC.
DE FINANÇAS
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00
FONTE DE RECURSOS: 001
VALOR R\$ 21.616,67 (VINTE E UM MIL, SEISCENTOS E DEZESSEIS REAIS E SESENTA E SETE
CENTAVOS)

9 - DA FORMALIZA O DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

9.1 - As obriga es decorrentes da presente licita o são formalizadas por termo de contrato específico, celebrado entre o Município, através da(s) Secretaria(s) Gestora(s), representada(s) pelo(s) Secretário(s) Ordenador(es) de Despesa, e o(s) licitante(s) vencedor(es), que observar  os termos da Lei n.  8.666/93, deste edital e demais normas pertinentes.

9.1.2 - Integra o presente instrumento (ANEXO II) a minuta do termo de contrato a ser celebrado.

9.1.3 - Os licitantes, além das obriga es resultantes da observância da Legisla o aplicável, deverão obedecer às disposi es elencadas na minuta do Termo de Contrato - Anexa a este edital.

9.2 - Homologada a licita o pela autoridade competente, o Município de Reden o - CE, poderá emitir o correspondente Instrumento Contratual para o Licitante Vencedor visando   formaliza o do vínculo contratual, nos termos da Minuta que integra este Edital.

9.2.1 - O Licitante Vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da convoca o, para formalizar o Instrumento Contratual. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo Município de Reden o - CE.

9.2.2 - A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar o Instrumento Contratual, no prazo estabelecido, sujeitará a Licitante   aplica o das penalidades previstas neste Edital.

9.2.3 - Se o licitante vencedor não assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido   facultado   administra o municipal convocar os licitantes remanescentes, respeitada   ordem de classifica o final das propostas, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condi es propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços.

9.3 - Incumbirá   administra o providenciar a publica o do extrato do Contrato nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais, na forma prevista em Lei Municipal, até o 5.  (quinto) dia útil ao de sua assinatura. O mesmo procedimento se adotará com rela o aos possíveis termos aditivos.

9.4 - O Termo de Contrato são poderá ser alterado em conformidade com o disposto no artigo 65 da Lei n.  8.666/93.

9.5 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei n.  8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma lei e suas altera es posteriores.

9.6 - A Gestão do Contrato será exercida por servidor especialmente designado pelos Ordenadores de Despesas, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a a o de que trata a Lei n.  8.666/93, alterada e consolidada.

10 - DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES AO CONTRATO

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



10.1 - À Contratante caberá o direito de promover acréscimos ou supressões nos serviços, que se fizerem necessários, até o limite correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, mantendo-se as demais condições do contrato nos termos do art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

11 - DOS PAGAMENTOS

11.1 - Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria da Prefeitura Municipal de Redenção a entrega dos seguintes documentos, que serão retidos pela contratante.

a) nota fiscal / acompanhada das Certidões Federais, Estaduais, Municipais, FGTS e CNDT;

11.2 - Os pagamentos serão feitos até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada pelo Gestor da Despesa.

11.3 - A Contratante, no ato do pagamento, fará a retenção do Imposto Sobre Serviços incidente sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, responsabilizando-se pelos recolhimentos à Secretaria de Finanças do Município dos valores efetivamente retidos.

11.4 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx / 100)}{365}$$

Tx = IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação caberão recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato.

12.2 - Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, interpostos mediante petição datilografada, devidamente arrazoada subscrita pelo representante legal da recorrente, que comprovará sua condição como tal.

12.3 - Os recursos relacionados com a habilitação e inabilitação da licitante e com o julgamento das propostas deverão ser entregues ao Presidente ou a um dos Membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Redenção, no devido prazo, não sendo conhecidos os interpostos fora dele.

12.4 - Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5 - Decidido o recurso pela Comissão, sem provimento, deverá ser enviado, devidamente informado, à(s) SECRETARIA(S) GESTORA(S), que proferirá sua decisão.

12.6 - Nenhum prazo se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

12.7 - Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

13 - DAS PENALIDADES E DAS SANCÕES

13.1 - A licitante que convocada pela Prefeitura Municipal de Redenção para assinar o instrumento de contrato se recusar a fazê-lo dentro do prazo previsto nesta **CONCORRÊNCIA**, sem motivo justificado aceito pela Prefeitura Municipal de Redenção, estará sujeita à suspensão temporária de participação em licitação promovida pelos órgãos do Município de Redenção, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



13.2 - O atraso injustificado na execução dos serviços do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora prevista no presente Edital, podendo a PMR rescindir unilateralmente o contrato. A Contratada será aplicada, ainda, a pena de SUSPENSÃO de participação em licitação promovida pelos órgãos do Município de Redenção, pelo prazo de 02 (dois) anos, período durante o qual estará impedida de contratar com o Município de Redenção.

13.3 - Em caso de reincidência, a licitante/contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com o Município de Redenção.

13.4 - As sanções previstas neste Edital serão aplicadas pela PMR à licitante vencedora desta licitação ou à Contratada, facultada a defesa prévia da interessada nos seguintes prazos:

13.4.1 - de 5 (cinco) dias úteis, nos casos de ADVERTÊNCIA e de SUSPENSÃO;

13.4.2 - de 10 (dez) dias, nos casos de DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE REDENÇÃO.

13.5 - As sanções de ADVERTÊNCIA, SUSPENSÃO e DECLARAÇÃO DE INDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE Redenção poderão ser aplicadas juntamente com as de MULTA prevista neste Edital;

13.6 - As sanções de SUSPENSÃO e de DECLARAÇÃO DE INDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE Redenção poderão também ser aplicadas às licitantes ou aos profissionais que, em razão dos contratos firmados com qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal:

I - tenha(m) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenha(m) praticados atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstre(m) não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

13.7 - Somente após a Contratada ressarcir o Município de Redenção pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo de SUSPENSÃO aplicado é que poderá ser promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção.

13.8 - A declaração de idoneidade é da competência exclusiva da(s) SECRETARIA(S) GESTORA(S).

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - As informações sobre esta licitação podem ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação da PMR, na Rua capitão Felix Nogueira, nº 137, Centro, Redenção/CE, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00min às 12h00min.

14.2 - Sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, fica assegurado à autoridade competente:

- Alterar as condições do presente edital, fazendo a reposição do prazo na forma da Lei exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas;

- Revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

14.2.1 - A autoridade competente deve anular esta licitação, por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.3 - Quaisquer esclarecimentos serão prestados pela Comissão ou pela PMR, durante o expediente normal.

14.4 - Fica eleito o foro de REDENÇÃO (CE) para dirimir qualquer dúvida na execução deste Edital.

15 - DA TENTATIVA DE FRAUDE E FRUSTAÇÃO DOS ATOS DO PROCESSO E DEMAIS DITAMES LEGAIS

15.1 - A tentativa de fraude ou frustração dos atos e ações a serem realizados por parte dos proponentes, a qualquer momento do presente processo, poderá caracterizar o enquadramento dos mesmos nas sanções dos crimes e penas previstas do Art. 90, Art. 93 e Art. 96 da Lei Federal 8.666/93, e, sendo necessário, ainda, abertura e instauração do devido processo administrativo para a averiguação e apuração dos fatos ocorridos, de forma a aplicação das devidas penalidades e punições cabíveis.


Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE
REDENÇÃO
NOSSAS AÇÕES SUAS CONQUISTAS



15.2 - É facultado à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer ausência ou omissão quanto às instruções e ditames deste edital, a aplicação das normas, instrumentos e demais fontes legais do ordenamento jurídico brasileiro.

Redenção/CE, 13 de abril de 2018.

SARA WÂNIA DE MENEZES PEDROSA
PRESIDENTE DA CPL

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE
REDENÇÃO
NOSSAS AÇÕES SUAS CONQUISTAS



ANEXO I


Sara Wanda de M. Pedrosa
Presidente da CPL

PROJETO BÁSICO CONSOLIDADO DAS UNIDADES GESTORAS

1 – CONTRATANTES:

Secretarias de Finanças, de Saúde, de Educação, de Trabalho e Assistência Social e o Instituto de Previdência dos Servidores (Redenção-Prev) do Município de Redenção/CE

2 – OBJETO:

2.1. Contratação dos serviços técnicos especializados de assessoria, consultoria e execução contábil, junto a diversas secretarias e ao Instituto de Previdência dos Servidores (Redenção-Prev), e Leis Orçamentaria Anual LOA do Município de Redenção.

2.2. O presente projeto consolidado representa a reunião de condições de execução dos serviços e pessoal mínimo necessário ao atendimento do objeto solicitado pelas unidades gestoras participantes do processo licitatório.

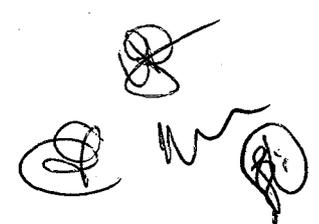
3 – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

ITEM 01- SECRETARIA DE FINANÇAS

- 1- Abertura da escrituração contábil orçamentária financeira e patrimonial;
- 2- Encaminhamento da LDO e LOA ao TCE em meio informatizado e de acordo com o SIM;
- 3- Orientação para classificação orçamentária da receita e das despesas, em conformidade com a Lei Orçamentária e com as normas vigentes;
- 4- Supervisão da escrituração de todos os atos e fatos relativos ao orçamento e às variações patrimoniais de cada Unidade Gestora pelo método das partidas dobradas e em meios eletrônico;
- 5- Supervisão e orientação para conciliação das contas bancárias;
- 6- Elaboração dos balancetes de cada UG de Forma analítica e sintética;
- 7- Recebimento dos arquivos de Licitação, Folha de Pagamento e dos registros patrimoniais gerados nos respectivos departamentos, para efeito da consolidação junto aos arquivos de Contabilidade e posterior envio mediante o Sistema de Informações Municipais – Sim
- 8- Orientação para organização de documentos mensais de receita e despesa para remessa à Câmara Municipal;
- 9- Elaboração e impressão do Livro Diário e Livro Razão;
- 10- Elaboração dos Balanços anuais e Relatórios de Prestação de Contas de cada Unidade Gestora - Contas de Gestão;
- 11- Elaboração do Balanço Anual Consolidado do Município e Relatórios - Contas de Governo;
- 12- Acompanhamento e geração de planilhas Para apuração e recolhimento mensal do PASEP;
- 13- Consolidação de dados de todos os balancetes das UG diretas e indiretas e da Câmara, para emissão de relatórios;
- 14- Elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO;
- 15- Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal - RGF;
- 16- Acompanhamento evolução da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso
- 17- Publicar as receitas e despesas diárias nos moldes exigidos pela Lei complementar 131/2009;
- 18- Assessorar ao(à) Secretário(a) Municipal quanto a ocorrência de vícios formais ou quaisquer impropriedades verificadas na execução das despesas, antes de registrá-las e da emissão das notas de empenho.

ITEM 02- SECRETARIA DE SAÚDE

- 1- Abertura da escrituração contábil orçamentária financeira e patrimonial;
- 2- Orientação para classificação orçamentária da receita e das despesas, em conformidade com a Lei Orçamentária e com as normas vigentes;





- 3- Supervisão da escrituração de todos os atos e fatos relativos ao orçamento e às variações patrimoniais de cada Unidade Gestora pelo método das partidas dobradas e em meios eletrônico;
- 4- Supervisão e orientação para conciliação das contas bancárias;
- 5- Elaboração dos balancetes da UG de forma analítica e sintética;
- 6- Recebimento dos arquivos de Licitação, Folha de Pagamento e dos registros patrimoniais gerados nos respectivos departamentos, para efeito da consolidação junto aos arquivos de Contabilidade e posterior envio mediante o Sistema de Informações Municipais – Sim
- 7- Orientação para organização de documentos mensais de receita e despesa para remessa à Câmara Municipal;
- 8- Elaboração e impressão do Livro Diário e Livro Razão;
- 9- Elaboração dos Balanços anuais e Relatórios de Prestação de Contas de cada Unidade Gestora - Contas de Gestão:
- 10- Análise e acompanhamento do cumprimento da aplicação em ações e serviços de saúde;
- 11- Elaborar os balancetes mensais de verificação;
- 12- Preparar toda documentação destinada à Câmara Municipal;
- 13- Publicar as receitas e despesas diárias nos moldes exigidos pela Lei complementar 131/2009;
- 14- Assessorar ao(à) Secretário(a) Municipal quanto a ocorrência de vícios formais ou quaisquer impropriedades verificadas na execução das despesas, antes de registrá-las e da emissão das notas de empenho.

ITEM 03- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- 1- Abertura da escrituração contábil orçamentária financeira e patrimonial;
- 2- Orientação para classificação orçamentária da receita e das despesas, em conformidade com a Lei Orçamentária e com as normas vigentes;
- 3- Supervisão da escrituração de todos os atos e fatos relativos ao orçamento e às variações patrimoniais de cada Unidade Gestora pelo método das partidas dobradas e em meios eletrônico;
- 4- Supervisão e orientação para conciliação das contas bancárias;
- 5- Elaboração dos balancetes da UG de forma analítica e sintética;
- 6- Recebimento dos arquivos de Licitação, Folha de Pagamento e dos registros patrimoniais gerados nos respectivos departamentos, para efeito da consolidação junto aos arquivos de Contabilidade e posterior envio mediante o Sistema de Informações Municipais – Sim
- 7- Orientação para organização de documentos mensais de receita e despesa para remessa à Câmara Municipal;
- 8- Elaboração e impressão do Livro Diário e Livro Razão;
- 9- Elaboração dos Balanços anuais e Relatórios de Prestação de Contas de cada Unidade Gestora - Contas de Gestão:
- 10- Preparar toda documentação destinada à Câmara Municipal;
- 11- Publicar as receitas e despesas diárias nos moldes exigidos pela Lei complementar 131/2009;
- 12- Assessorar ao(à) Secretário(a) Municipal quanto a ocorrência de vícios formais ou quaisquer impropriedades verificadas na execução das despesas, antes de registrá-las e da emissão das notas de empenho.

ITEM 04- SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL

- 1- Abertura da escrituração contábil orçamentária financeira e patrimonial;
- 2- Orientação para classificação orçamentária da receita e das despesas, em conformidade com a Lei Orçamentária e com as normas vigentes;
- 3- Supervisão da escrituração de todos os atos e fatos relativos ao orçamento e às variações patrimoniais de cada Unidade Gestora pelo método das partidas dobradas e em meios eletrônico;
- 4- Supervisão e orientação para conciliação das contas bancárias;
- 5- Elaboração dos balancetes da UG de forma analítica e sintética;

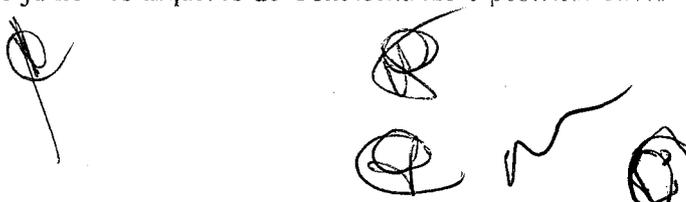
- 6- Recebimento dos arquivos de Licitação, Folha de Pagamento e dos registros patrimoniais gerados nos respectivos departamentos, para efeito da consolidação junto aos arquivos de Contabilidade e posterior envio mediante o Sistema de Informações Municipais – Sim
- 7- Orientação para organização de documentos mensais de receita e despesa para remessa à Câmara Municipal;
- 8- Elaboração e impressão do Livro Diário e Livro Razão;
- 9- Elaboração dos Balanços anuais e Relatórios de Prestação de Contas de cada Unidade Gestora - Contas de Gestão;
- 10- Consolidação de dados de todos os balancetes das UG diretas e indiretas e da Câmara, para emissão de relatórios;
- 11- Elaborar os balancetes mensais de verificação;
- 12- Preparar toda documentação destinada à Câmara Municipal;
- 13- Assessorar ao(à) Secretário(a) Municipal quanto a ocorrência de vícios formais ou quaisquer impropriedades verificadas na execução das despesas, antes de registrá-las e da emissão das notas de empenho.

ITEM 05-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

- 1- Abertura da escrituração contábil orçamentária financeira e patrimonial;
- 2- Encaminhamento da LOA ao TCE em meio informatizado e de acordo com o SIM;
- 3- Orientação para classificação orçamentária da receita e das despesas, em conformidade com a Lei Orçamentária e com as normas vigentes;
- 4- Supervisão da escrituração de todos os atos e fatos relativos ao orçamento e às variações patrimoniais de cada Unidade Gestora pelo método das partidas dobradas e em meios eletrônico;
- 5- Supervisão e orientação para conciliação das contas bancárias;
- 6- Elaboração dos balancetes da UG de forma analítica e sintética;
- 7- Recebimento dos arquivos de Licitação, Folha de Pagamento e dos registros patrimoniais gerados nos respectivos departamentos, para efeito da consolidação junto aos arquivos de Contabilidade e posterior envio mediante o Sistema de Informações Municipais – Sim
- 8- Orientação para organização de documentos mensais de receita e despesa para remessa à Câmara Municipal;
- 9- Elaboração e impressão do Livro Diário e Livro Razão;
- 10- Elaboração dos Balanços anuais e Relatórios de Prestação de Contas de cada Unidade Gestora - Contas de Gestão;
- 11- Preparar toda documentação destinada à Câmara Municipal;
- 12- Publicar as receitas e despesas diárias nos moldes exigidos pela Lei complementar 131/2009;
- 13- Assessorar ao(à) Secretário(a) Municipal quanto a ocorrência de vícios formais ou quaisquer impropriedades verificadas na execução das despesas, antes de registrá-las e da emissão das notas de empenho.

ITEM 06 – FUNDEB

- 1- Abertura da escrituração contábil orçamentária financeira e patrimonial;
- 2- Orientação para classificação orçamentária da receita e das despesas, em conformidade com a Lei Orçamentária e com as normas vigentes;
- 3- Supervisão da escrituração de todos os atos e fatos relativos ao orçamento e às variações patrimoniais de cada Unidade Gestora pelo método das partidas dobradas e em meios eletrônico;
- 4- Supervisão e orientação para conciliação das contas bancárias;
- 5- Elaboração dos balancetes da UG de forma analítica e sintética;
- 6- Recebimento dos arquivos de Licitação, Folha de Pagamento e dos registros patrimoniais gerados nos respectivos departamentos, para efeito da consolidação junto aos arquivos de Contabilidade e posterior envio mediante o Sistema de Informações Municipais – Sim



- 7- Orientação para organização de documentos mensais de receita e despesa para remessa à Câmara Municipal;
- 8- Elaboração e impressão do Livro Diário e Livro Razão;
- 9- Elaboração dos Balanços anuais e Relatórios de Prestação de Contas de cada Unidade Gestora - Contas de Gestão;
- 10- Elaborar os balancetes mensais de verificação;
- 11- Preparar toda documentação destinada à Câmara Municipal;
- 12- Publicar as receitas e despesas diárias nos moldes exigidos pela Lei complementar 131/2009;
- 13- Assessorar ao(a) Secretário(a) Municipal quanto a ocorrência de vícios formais ou quaisquer impropriedades verificadas na execução das despesas, antes de registrá-las e da emissão das notas de empenho.

3.1. EQUIPE TÉCNICA:

- a) 01 (um) profissional de nível superior, na área contábil, devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, com experiência comprovada na área de contabilidade; e
- b) 02 (dois) profissionais, na área contábil, com experiência comprovada na área de contabilidade, para atendimento presencial e;

3.2. CARGA HORÁRIA PRESENCIAL:

O Contador e os profissionais terão uma carga horária de 160 (cento e sessenta) horas/mês; A carga horária refere-se à prestação de serviços de forma presencial no local indicado pela Contratante.

*A equipe técnica e carga horária exigida acima foi estipulada levando-se em consideração as necessidades reunidas dos serviços solicitados pelas unidades gestoras requisitantes.

3.2.1. NÃO PRESENCIAL

A carga horária NÃO PRESENCIAL refere-se à demanda Consultiva de contabilidade, prestada por escrito através de correio eletrônico (e-mail), de forma convencional via Consulta Escrita formalizada, via telefone, chat de mensagem, ou outro recurso de tecnologia da comunicação e informação, que será ilimitada e em tempo integral, prestada pela contratada em local indicado por esta.

Os serviços NÃO PRESENCIAIS em tempo integral de Assessoria e Consultoria Contábil, serão prestados em local indicado pela contratada, sem limite de quantidade para realização de consultas a serem feitas por servidores do Município decorrentes de dúvidas suscitadas em face de fatos supervenientes, devendo toda e qualquer orientação ser dada de forma formal.

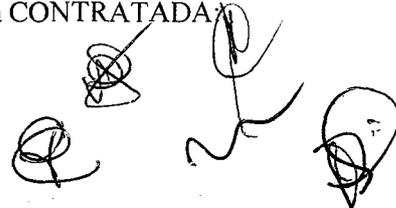
3.4. REQUISITOS MÍNIMOS:

São requisitos mínimos à participação no certame:

- a) Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante esteja executando ou tenha executado serviços compatíveis ou similares com o objeto desta licitação.
- b) Apresentar Declaração explícita indicando a equipe técnica, pertencente ao seu quadro permanente, adequada e disponível para a realização do objeto da licitação, composta de no mínimo 03 (três) profissionais, na forma do subitem 3.1 deste projeto básico.
- c) Certidão de Registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade - CRC, que conste responsável técnico com aptidão para desempenho de atividade pertinente ao objeto da licitação

4 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Além de outras obrigações estipuladas no CONTRATO ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:





- 4.1) A Contratada deverá manter a presença de técnicos em número suficiente e adequado ao volume de processos contabilizados mensalmente.
- 4.2) Manter o mais completo e absoluto sigilo sobre os dados, materiais, documentos e informações a que venham a ter acesso, direta ou indiretamente, durante a execução dos serviços. Essa obrigação aplica-se também aos profissionais que estejam direta ou indiretamente a serviço da CONTRATADA.
- 4.3) Substituir, no menor prazo possível, qualquer funcionário que não atenda às exigências para as atividades necessárias às prestações de serviço de cada área contratada ou esteja se comportando com falta de decoro;
- 4.4) Promover o repasse de conhecimentos necessários ao funcionamento das atividades para os novos profissionais da CONTRATADA, em caso de substituição dos responsáveis pelo assessoramento das operações, evitando solução de continuidade dos serviços em andamento;
- 4.5) garantir a preservação de todos os dados existentes nos equipamentos da CONTRATADA, através de Backup localizado fora da sede do município, devendo tal procedimento ser acompanhado por Técnico indicado pela Secretarias Secretarias;

5 – PRAZO DE CONTRATAÇÃO:

5.1 - 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato.

6 – FORMA DE PAGAMENTO:

6.1 - Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria da Prefeitura Municipal de Redenção a entrega dos seguintes documentos, que serão retidos pela contratante.

a) nota fiscal / acompanhada das Certidões Federais, Estaduais, Municipais, FGTS e CNDT;

6.2 - Os pagamentos serão feitos até o 30º (trigésimo) dia do mês subseqüente ao da prestação dos serviços mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada pelo Gestor da Despesa.

6.3 - A Contratante, no ato do pagamento, fará a retenção do Imposto Sobre Serviços incidente sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, responsabilizando-se pelos recolhimentos à Secretaria de Finanças do Município dos valores efetivamente retidos.

6.4 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx / 100)}{365}$$

Tx = IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

7 – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

O gerenciamento e a fiscalização dos serviços serão realizados pelas secretarias contratantes. O recebimento será de acordo com o que dispõe o art. 73, inciso I, alínea “a” e “b” da Lei nº 8.666/93, após a verificação da sua conformidade.

8 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente dos serviços a serem contratados correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 06 SECRETARIA DE SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0601 SECRETARIA DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE
REDENÇÃO
NOSSAS AÇÕES SUAS CONQUISTAS



DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.122.0005.2.045 GESTÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DA SECRETARIA DE SAÚDE.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00

FUNTE DE RECURSOS: 001

VALOR R\$ 130.599,96 (CENTO E TRINTA MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)

ÓRGÃO: 05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0501 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12.122.0006.2.018 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00

FUNTE DE RECURSOS: 002

VALOR R\$ 126.999,96 (CENTO E VINTE E SEIS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)

ÓRGÃO: 05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - FUNDEB

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0501 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12.122.0009.2.012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00

FUNTE DE RECURSOS: 002

VALOR R\$ 101.400,00 (CENTO E UM MIL E QUATROCENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 07 SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0701 SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.122.0005.2.046 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE TRABLHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00

FUNTE DE RECURSOS: 001

VALOR R\$ 76.400,04 (SETENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS REAIS E QUATRO CENTAVOS)

ÓRGÃO: 13 INST. DE PREV. SERVIDORES (REDENÇÃO-PREV)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1301 INST. DE PREV. SERVIDORES (REDENÇÃO-PREV)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.122.0007.2.086 GESTÃO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00

FUNTE DE RECURSOS: 001

VALOR R\$ 77.600,04 (SETENTA E SETE MIL, SEISCENTOS REAIS E QUATRO CENTAVOS)

ÓRGÃO: 04 SECRETARIA DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0401 SECRETARIA DE FINANÇAS

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04.123.0005.2.012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DA SEC. DE FINANÇAS.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00

FUNTE DE RECURSOS: 001

VALOR R\$ 101.000,00 (CENTO E UM MIL REAIS)

ÓRGÃO: 04 SECRETARIA DE FINANÇAS - LOA



UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0401 SECRETARIA DE FINANÇAS
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04.123.0005.2.012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DA SEC. DE FINANÇAS
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00
FONTE DE RECURSOS: 001
VALOR R\$ 21.616,67 (VINTE E UM MIL, SEISCENTOS E DEZESSEIS REAIS E SESENTA E SETE CENTAVOS)

9 - DESCRIÇÃO ANALÍTICA DA ESPECIFICAÇÃO/DESCRIÇÃO E VALOR ESTIMADO DAS CONTRATAÇÕES:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT TOTAL	UNIDADE	VALORES	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E EXECUÇÃO CONTÁBIL, JUNTO A SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.	12	MESES	R\$ 8.416,67	R\$ 101.000,00
2	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E EXECUÇÃO CONTÁBIL, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.	12	MESES	R\$ 10.883,33	R\$ 130.599,96
3	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E EXECUÇÃO CONTÁBIL, JUNTO A SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.	12	MESES	R\$ 6.366,67	R\$ 76.400,04
4	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E EXECUÇÃO CONTÁBIL, JUNTO AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (REDENÇÃO - PREV) DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.	12	MESES	R\$ 6.466,67	R\$ 77.600,04
5	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E EXECUÇÃO CONTÁBIL, JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.	12	MESES	R\$ 10.583,33	R\$ 126.999,96
6	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E EXECUÇÃO CONTÁBIL, JUNTO AO FUNDEB DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.	12	MESES	R\$ 8.450,00	R\$ 101.400,00



7	ELABORAÇÃO DA LOA - LEIS ORÇAMENTARIA ANUAL	1	SERVIÇO	RS 21.616,67	RS 21.616,67
VALOR GLOBAL					

10 – AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fica o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, AUTORIZADO a AUTUAR e realizar o processamento de CONCORRÊNCIA, objetivando a CONTRATAÇÃO DOS CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ACESSORIA, CONSULTORIA E EXECUÇÃO CONTÁBIL, JUNTO A DIVERSAS SECRETARIAS E AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (REDENÇÃO-PREV) DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO.

Redenção-CE, 02 de abril de 2018.

CAMILA ÁVILA DOS SANTOS MARQUES
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

CRISTIANE ARAÚJO VIEIRA ALVES
SECRETÁRIA DE SAÚDE

ANA CÉLIA DIOGENES SOARES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FRANCISCA WILCILANE BARRETO PINHEIRO
SECRETÁRIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

LUCAS COSTA COUTINHO
PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES



ANEXO II
MINUTA DO CONTRATO
Nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE _____, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE _____, E DO OUTRO _____ PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O **MUNICÍPIO DE** _____/CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ ob o nº 07.756.646/0001-42, com sede de sua Prefeitura Municipal na **Rua Padre Ângelo, nº 305ª, Centro, Redençã/CE, nº 137, Centro, Redenção/CE**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE** _____, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Sr(a). _____, aqui denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por seu representante legal, Sr. _____, portador do CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam entre si o presente **TERMO DE CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1 - O presente CONTRATO tem como fundamento a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a **CONCORRÊNCIA Nº 2018.04.03.001** e seus Anexos, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, JUNTO A DIVERSAS SECRETARIAS E AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (REDENÇÃO-PREV) DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO**, devidamente homologada pelo(a) Secretário(a) Municipal de _____, e a proposta da **CONTRATADA**, tudo parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, JUNTO A SECRETARIA DE** _____ **DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO**, conforme ANEXO I do Edital e proposta adjudicada.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR (R\$)	
				UNITÁRIO MENSAL	TOTAL 12 MESES
1	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, JUNTO A SECRETARIA DE _____ DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	12	MESES		
VALOR GLOBAL					

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

3.1 - O valor mensal da presente avença é de R\$ _____ (_____), totalizando a importância de R\$ _____ (_____) para o período de 12 (doze) meses, a ser pago na proporção da execução dos serviços licitados, segundo a ordem de serviço expedida pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais, Municipais, FGTS e CNDT do contratado, todas atualizadas, observadas as condições do edital.

3.2. Será permitido o reajustamento do valor contratual com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação do preço do Contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de sua assinatura ou da data de sua última repactuação ou reajuste.

3.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da entrega do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da execução dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo.

3.4. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O presente instrumento terá vigência por **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, a critério das partes, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

CLÁUSULA QUINTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

5.1. As partes se obrigam, reciprocamente, a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório e da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

5.2. A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a) A **CONTRATADA** deverá assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem assim, pelos danos decorrentes da realização dos mesmos;
- b) Executar as atividades em conformidade com o descrito no projeto básico com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;
- c) Arcar com as despesas de execução dos trabalhos próprios, como locação de veículos, combustível, equipamentos eletrônicos e acessórios, quando for o caso, dentre outras;
- d) Arcar com as despesas de deslocamento e diárias sua e de seu pessoal contratado, na execução dos serviços presenciais contratados a serem prestados no Município de Redenção/CE, correndo todos os eventuais custos relativos a passagens, hospedagem, condução, deslocamento, alimentação, seguros e demais despesas necessárias à execução dos serviços;
- e) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações ou orientações se obriga a atender prontamente;
- f) Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas e eventuais passivos, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletivo, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do contrato, etc., ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a contratante;
- g) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a terceiros em virtude do objeto do contrato a ser firmado;
- h) Não caucionar ou utilizar o contrato celebrado para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da contratante;
- i) Submeter-se às normas e condições baixadas pela contratante, quanto ao comportamento, discricção e urbanidade na relação interpessoal;
- j) Exercer rigoroso controle de qualidade sobre as informações apresentadas e atuar sempre dentro dos prazos estabelecidos;
- k) Realizar todas as atividades descritas acima quando tocante às atividades da Administração Municipal na representação do Município e de seus órgãos da administração direta, em ações correlatas com as atividades profissionais.
- l) A Contratada deverá manter a presença de técnicos em número suficiente e adequado ao volume de processos contabilizados mensalmente.
- m) Manter o mais completo e absoluto sigilo sobre os dados, materiais, documentos e informações a que venham a ter acesso, direta ou indiretamente, durante a execução dos serviços. Essa obrigação aplica-se também aos profissionais que estejam direta ou indiretamente a serviço da **CONTRATADA**.
- n) Substituir, no menor prazo possível, qualquer funcionário que não atenda as exigências para as atividades necessárias às prestações de serviço de cada área contratada ou esteja se comportando com falta de decoro;

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



- o) Promover o repasse de conhecimentos necessários ao funcionamento das atividades para os novos profissionais da CONTRATADA, em caso de substituição dos responsáveis, pelo assessoramento das operações, evitando solução de continuidade dos serviços em andamento;
- p) garantir a preservação de todos os dados existentes nos equipamentos da CONTRATADA, através de Backup localizado fora da sede do município, devendo tal procedimento ser acompanhado por Técnico indicado pela Secretarias.

5.3. A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento na forma prevista no edital;
- b) Exercer a fiscalização sobre a execução do trabalho;
- c) Fornecer o apoio técnico e institucional formal para facilitar o acesso da contratada a todas as informações necessárias à consecução dos objetivos de que trata este projeto básico;
- d) Disponibilizar local adequado para a execução dos serviços, quando necessário;
- e) Prestar todos os esclarecimentos que forem efetuados pela CONTRATADA;

5.3.1. Havendo necessidade de deslocamento da contratada e de seu pessoal para fora do município, a Prefeitura de Redenção/CE ressarcirá as despesas com transporte, alimentação, desde que devidamente comprovadas mediante nota fiscal discriminada, tomando-se como parâmetro dos valores dos pagamentos utilizados para tal fim os já utilizados pela Contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta dos recursos oriundos da Secretaria de _____ do Município de Redenção/CE – recursos ordinários, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: _____
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: _____
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: _____
ELEMENTO DE DESPESA: _____
FONTE DE RECURSOS: _____
VALOR R\$ _____

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1. A Contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, sem prejuízo de outras sanções legais e da responsabilidade civil e criminal, às seguintes multas, que serão aplicadas de modo cumulativo, independente de seu número, com base nas violações praticadas durante a execução desse contrato:

- 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor dos serviços, por dia de atraso na execução dos serviços, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;
- 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços, por atraso na execução dos serviços superior a 30 (trinta) dias;
- 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, na hipótese de rescisão do Contrato por culpa da Contratada, sem prejuízos de outras penalidades previstas em lei;
- 10% (dez por cento) do valor global do Contrato, se a Contratada transferir a execução dos serviços a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita da Contratante;
- 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, se a Contratada deixar de atender às recomendações de ordem técnica emitidas pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

7.2- A contratada sujeitar-se-á, ainda, no caso de inexecução total ou parcial do Contrato:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) na forma prevista no edital;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da Contratada, que será

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



concedida sempre que esta ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

8.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

8.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.

9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.

9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

9.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

9.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.

9.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.

9.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

CLÁUSULA DEZ - DA PUBLICAÇÃO

10.1 – A publicação resumida do instrumento deste contrato deverá ser feita por afixação no quadro de avisos (flanelógrafo) da Prefeitura Municipal de Redenção, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura.

CLÁUSULA ONZE - DO GESTOR DO CONTRATO:

11.1. A Gestão deste Contrato será exercida pelo(a) servidor(a) _____, designado(a) pelo(a) Ordenador(a) de Despesas, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

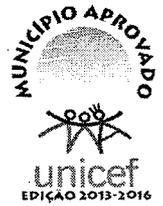
CLÁUSULA DOZE - DO FORO

12.1 - O foro da Comarca de Redenção/CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.


Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE
REDENÇÃO
NOSSAS AÇÕES SUAS CONQUISTAS



Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na sede da Secretaria Municipal de Redenção, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

_____ -CE, _____ de _____ de 2017.

SECRETARIA DE _____
MUNICÍPIO DE REDENÇÃO
CNPJ Nº 07.756.646/0001-42
CONTRATANTE

<<CONTRATADA>>
CNPJ Nº _____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF

2. _____
CPF:

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



**ANEXO III
PROPOSTA PADRONIZADA**

À Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Redenção.

A empresa _____, cadastrada no CNPJ sob o n.º _____, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penas da lei:

(1) Que acata inteiramente os preceitos legais em vigor, especialmente a Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada, e as condições desta **CONCORRÊNCIA Nº 2018.04.03.001**;

(2) Que, até a presente data, não existem fatos que nos impeçam de participar deste processo licitatório;

(3) Que nos valores apresentados abaixo, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre a execução do objeto contratual, inclusive a margem de lucro.

Desta maneira, assume o compromisso de bem e fielmente atender as exigências a execução dos serviços descritos no Edital e Anexos, caso seja proclamada vencedora.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, JUNTO A DIVERSAS SECRETARIAS E AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (REDENÇÃO-PREV) DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico e demais exigências do edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT TOTAL	UNIDADE	VALORES	
				UNITARIO	TOTAL
1	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E EXECUÇÃO CONTÁBIL, JUNTO A SECRETARIA DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.	12	MESES		
2	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E EXECUÇÃO CONTÁBIL, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.	12	MESES		
3	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E EXECUÇÃO CONTÁBIL, JUNTO A SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.	12	MESES		
4	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E EXECUÇÃO CONTÁBIL, JUNTO AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (REDENÇÃO - PREV) DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.	12	MESES		
5	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E EXECUÇÃO CONTÁBIL, JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.	12	MESES		

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



6	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E EXECUÇÃO CONTÁBIL, JUNTO AO FUNDEB DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/CE, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.	12	MESES		
7	ELABORAÇÃO DA LOA - LEIS ORÇAMENTARIA ANUAL	1	SERVIÇO		
VALOR GLOBAL					

VALOR GLOBAL: R\$

Proponente:

CNPJ:

Endereço:

Cidade/UF:

CEP:

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Local e Data:

Assinatura e Carimbo do Proponente

Sara Wânia de M. Pedrosa
 Presidente da CPL



ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÕES
CONCORRÊNCIA Nº 2018.04.03.001

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, JUNTO A DIVERSAS SECRETARIAS E AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (REDENÇÃO-PREV) DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico e demais exigências do edital.

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto na **CONCORRÊNCIA 2018.04.03.001** que:

a) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Redenção, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

b) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Redenção, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;

c) que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

.....
(data)

.....
(representante legal)


Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPI



ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÕES
CONCORRÊNCIA Nº 2018.04.03.001

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, JUNTO A DIVERSAS SECRETARIAS E AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (REDENÇÃO-PREV) DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico e demais exigências do edital.

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Redenção/CE, na modalidade **CONCORRÊNCIA 2018.04.03.001 ser MICROEMPRESA-ME E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP**, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

.....
(data)

.....
(representante legal)

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÕES
CONCORRÊNCIA Nº 2018.04.03.001

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, JUNTO A DIVERSAS SECRETARIAS E AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (REDENÇÃO-PREV) DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico e demais exigências do edital.

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., vem através desta, **DECLARAR** a disponibilidade da equipe técnica para a realização da prestação de serviços objeto da licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 2018.04.03.001**, caso sejamos vencedores deste certame:

NOME	PROFISSÃO	FUNÇÃO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

.....
(data)

.....
(representante legal)

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL

ANEXO V
MODELO DE PROCURAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 2018.04.03.001

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, JUNTO A DIVERSAS SECRETARIAS E AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (REDENÇÃO-PREV) DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico e demais exigências do edital.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: <<<NOME DA EMPRESA, CNPJ Nº. e ENDEREÇO>>> neste ato representada por seu (titular, sócio, diretor ou representante), Sr. <<<NOME>>>, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG e CPF)

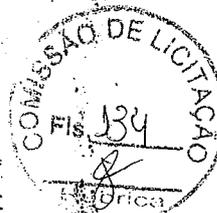
OUTORGADO: <<<NOME DO CREDENCIADO>>> qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF e endereço).

PODERES: O OUTORGANTE confere ao OUTORGADO pleno e gerais poderes para representá-lo junto ao Município de Redenção/CE, na sessão de **CONCORRÊNCIA Nº 2018.04.03.001**, podendo o mesmo, assinar propostas de preços, atas, contratos, entregar durante o procedimento os documentos de credenciamento, envelopes de documentos de habilitação e proposta de preços, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da OUTORGANTE que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive interpor recursos ou renunciar ao direito e prazo de interposição de recurso ciente de que por força do artigo 675 do Código Civil está obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo outorgado.

.....
(data)

.....
(representante legal)


Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL



ANEXO VI
MODELO DE RECIBO DE GARANTIA DE PROPOSTA
CONCORRÊNCIA Nº 2018.04.03.001

RECIBO DE GARANTIA DE PROPOSTA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, JUNTO A DIVERSAS SECRETARIAS E AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (REDENÇÃO-PREV) DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO, tudo conforme especificações e condições contidas no projeto básico e demais exigências do edital.

DA: PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO

Secretaria Municipal de Finanças

Endereço: _____, nº _____, _____ - Ceará

Fone: (85) _____

PARA: (NOME DA EMPRESA)

Endereço:

Fone: () _____

MODALIDADE:

N.º DOCUMENTO:

GARANTE:

VALOR: R\$ _____ (_____)

Conforme disposto no Edital do processo licitatório em epígrafe, **RECEBI** da empresa acima qualificada o documento acima identificado, entregue a esta secretaria, para fins de garantia de proposta, pelo que firmamos o presente recibo.

_____ -Ceará, de _____ de 2017.

Secretaria Municipal de Finanças

Sara Wânia de M. Pedrosa
Presidente da CPL